

CAPELINHA

Marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro

Claudio Ubiratan Gonçalves*

A década de 90, do século XX, foi demarcada por significativos rearranjos territoriais, conseqüência do processo de reestruturação econômica no qual tem-se fechamentos de algumas e expansão de outras usinas de cana-de-açúcar e a territorialização com a interiorização dos trabalhadores sem-terra. Com base em entrevistas e na literatura especializada levantou-se algumas indagações no sentido de colaborar nas reflexões sobre a temática da questão agrária brasileira. Neste sentido, a fazenda Capelinha, com o apoio material e simbólico do assentamento São Domingos, se apresenta como lugar e escala privilegiados de análise dos processos sócio-territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária. Assentamento rural. Territorialização. Movimento Sem-terra. Espaço agrário fluminense.

* Doutor em Geografia - PPGEO/UFF. Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ.

[...] políticas públicas destinadas a promover um futuro menos difícil para diferentes grupos de lavradores dependem tanto de leis e instituições jurídicas favoráveis à reforma agrária, como também de condições políticas democráticas, que permitam a organização e a mobilização dos trabalhadores. (GARCIA JÚNIOR, 2002, p. 31);

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade na diversidade. (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

1. INTRODUÇÃO

Considerando-se que a realidade é apreendida de acordo com a diferenciação espacial, as escalas¹ interagem, sofrendo, ao mesmo tempo, as conseqüências das transformações técnicas do lugar. Todavia, os impactos percebidos no lugar dos Sem-terra se fazem diferenciados proporcionalmente à intensidade das relações de trabalho. O assentamento, visto como o lugar social e de trabalho, salta como possibilidade de se desvelar as relações de poder presentes no cotidiano dos assentados.

Ao longo da história, a cana vem disputando com a pecuária o espaço agrário de Conceição de Macabu, de modo que a criação de gado foi o motor inicial de toda a ocupação do Norte Fluminense, onde muitas terras eram de propriedade de donos de engenho na Guanabara, assim como dos Jesuítas. Posteriormente, foi desenvolvida a cultura canavieira, resultando em conflito com os pecuaristas e os jesuítas. O desenvolvimento da mineração, a expulsão dos jesuítas e a chegada da Corte impulsionaram a cultura da cana na região, a partir de meados do século XVIII e princípio do século XIX (ALENTEJANO, 1998, p. 7).

Conceição de Macabu é um pequeno município de 313 km² situado ao norte de Macaé e possui 18.706 habitantes de acordo com o último censo do IBGE². Tinha como atividade econômica principal a agroindústria açucareira, até a Usina Victor Sence abrir falência³.

O município em apreço configura-se como um espaço de transição do “sistema canavieiro campista”. Desse modo, as transformações na morfologia agrária são reflexo da reestruturação do complexo agro-industrial açucareiro e da modernização da pecuária na bacia leiteira do Sudeste.

A produção do território macabuense, inserido nesta dinâmica, desenvolveu-se de modo diferenciado em relação à área core. A sucessão de possibilidades técnicas e disponibilidade de capitais, articulada com a variedade das condições naturais, resultaram em singularizadas ordenações da morfologia agrária (MACIEL *et al.*, 1997).

2. DE FAZENDA A ACAMPAMENTO: A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA LUTA

A fazenda Capelinha, pertencente à massa falida da Usina Victor Sence, pode ser compreendida a partir de um conjunto de motivos que desencadearam o processo de fragmentação do território canavieiro. De paisagem dominada exclusivamente pela monocultura da cana à atual paisagem subdividida em lotes com cultura agrícola diversificada, verificamos, por meio da rugosidade do espaço geográfico, a mudança no ordenamento do lugar. Ou seja, as alterações nas condições econômicas e de trabalho do sistema canavieiro para o sistema da agricultura familiar modificaram substancialmente toda a dinâmica da ordem dos objetos e dos sujeitos no território.

O processo de ocupação em terras da fazenda Capelinha, por ex-trabalhadores da usina e trabalhadores sem-terra da região Norte Fluminense, pode ser explicada a partir das seguintes razões: a falência da Usina Victor Sence, o apoio estratégico fornecido pelo assentamento São Domingos e por fim, não menos importante, o processo de territorialização⁴ do Movimento Sem-terra no Rio de Janeiro.

A falência da Usina Victor Sence, no município estudado, pode ser compreendida quando a enquadrarmos no bojo das reestruturações técnicas e econômicas do setor sucro-alcooleiro, da região polarizada por Campos dos Goytacazes.

A saída do Estado subsidiário que patrocinou o setor até o fim do Pró-álcool influenciou de forma decisiva a continuidade do funcionamento das usinas. A Victor Sence também foi alvo da irracionalidade produtiva decorrente da excessiva intervenção estatal, em que a unidade produtora não conseguiu, de forma independente, inserir-se na nova dinâmica do mercado competitivo da produção sucro-alcooleira capitaneada pelo estado de São Paulo.

A segunda metade da década de oitenta abre-se com uma série de manifestações sociais que colaboram no entendimento da escala local da crise. Segundo entrevista realizada com um agente de pastoral da Comissão pastoral da Terra (CPT)⁵, antes do fechamento da usina sucederam significativas greves com piquetes mobilizando a opinião pública dos habitantes de toda a cidade. Isto ocorreu devido aos atrasos de pagamentos dos funcionários, demissões em massa de trabalhadores e altas dívidas acumuladas por parte dos proprietários da usina⁶.

Coincidem também com estas manifestações, outros fatores relevantes que somaram com o apoio aos funcionários da usina em luta por seus direitos. São eles: a fundação do diretório municipal do Partido

dos Trabalhadores, a organização da CPT regional⁷ e mudanças no quadro político do sindicato dos trabalhadores rurais, com a vitória nas eleições da oposição sindical, que quebrou a estrutura de submissão ao patrão em que a entidade vivia há dezoito anos. Ou seja, durante a existência da Usina Victor Sence, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de alguma forma manteve uma relação de subordinação ao usineiro, impedindo um questionamento por parte da entidade nas relações de trabalho.

Estes fatores de impacto local conjugados com a desestruturação das alianças de poder econômico, estabelecidas entre os usineiros, provocaram a reconfiguração do pacto territorial regional realizado entre os “de cima” (usineiros-pecuaristas). A quebra do discurso hegemônico do usineiro vai alterar as relações sócio-espaciais, representando uma brecha para a formulação de outros discursos, protagonizados entre os “de baixo” (bóias-frias, agregados de fazendas, desempregados da cidade). Tal fato, só vai ser possível com o rompimento no esquema de poder e dominação anterior, que se fazia principalmente nas relações de subordinação dos bóias-frias aos fornecedores de cana, grandes proprietários de terras e usineiros. Com isto, é posta em jogo a disputa pelo controle do poder para comandar o uso do território através da nova configuração que ele assume, quando os bóias-frias organizam-se e passam a atuar no campo das forças decisórias.

Até o seu fechamento, a usina produziu, além de açúcar e álcool, acetona, butila e etanol, com equipamento francês, a única no Brasil que reunia condições de fabricar esses produtos a partir da cana-de-açúcar⁸. Esta singularidade lhe conferia a exclusividade no ramo. Neste sentido um empresário de São Lourenço (MG) adquiriu a massa falida em outubro de 1995⁹ com a inútil garantia de manter seu funcionamento e ampliar a oferta de empregos.

Mediante a conjuntura de crise e insatisfeitos com a precária situação em que se encontravam¹⁰, os trabalhadores da usina, apoiados pela CPT, pelo sindicato rural, pelo MST e pelos assentados de São Domingos, iniciaram um processo de socialização política, investindo na construção identitária do grupo e desembocando na luta pelo acesso à terra. O período que se estende do fechamento da usina à ocupação de Capelinha foi caracterizado por uma intensa movimentação política na Região Norte Fluminense. Esta movimentação constituiu-se na tessitura de uma rede de solidariedade de luta pela terra, costurando apoios em municípios como Macaé, Silva Jardim, Conceição de Macabu, Quissamã, Campos dos Goytacazes e até o Rio de Janeiro.

Em Conceição de Macabu, ainda durante a greve dos funcionários da usina, o apoio na luta por direitos que culminou em luta pela terra, manifestava-se nas celebrações religiosas, rodas de viola em que os assentados de São Domingos - que já haviam conquistado sua terra-, animavam com cantos, modas, rimas e palavras de ordem de resistência:

[...] a gente tinha um programa de rádio por nome de ‘Gente Rural’ onde a gente convidou esse povo para conversar na Associação[S. Domingos] os caminhos que poderia ser tomado diante do problema que a gente via na usina. Ela não tinha ainda decretado que estava falida, mas parou de pagar e parou de trabalhar e foram vendendo as fazendas, ela tinha onze fazendas e quando a gente percebeu só tinha três, que as outras já haviam sido vendidas. E a gente chamou esse povo pra discutir os caminhos que eles podiam tomar, até porque já éramos assentados e a gente queria passar pra eles algumas orientações básicas pra se fazer uma ocupação na usina ou então ocupar as terras da usina pra receber os seus vencimentos, pelo menos a indenização, até porque era uma terra que eles já estavam cansados de trabalhar. Trabalharam a vida toda naquelas terras’. (Assentado em São Domingos que participou da organização da ocupação)¹¹.

Os sindicatos e a pastoral da terra, além da ajuda de ordem material com alimentos e roupas, assessoravam politicamente na orientação dos grevistas quanto aos direitos trabalhistas. Como primeiro resultado deste trabalho de socialização política entre os trabalhadores da usina acrescidos de outros trabalhadores da região, temos a ocupação nas terras da fazenda Severina¹². Tal fato ocorreu em julho de 1993, organizado por um grupo com cerca de 120 famílias, no vizinho município de Macaé. Devido ao insucesso do acampamento na fazenda Severina, com o despejo violento dos ocupantes pela polícia militar, o grupo dividiu-se em dois e se recriou. Fortalecidos e mais experientes com a situação vivida desdobram-se em Cambucaes em Silva Jardim, e o grupo remanescente vai se organizar dando origem, anos mais tarde, à ocupação de Capelinha.

3. O APOIO ESTRATÉGICO DO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS

É impossível falar do acampamento Capelinha sem antes analisar as ações desenvolvidas pelo Assentamento São Domingos. A luta de referência do primeiro foi o segundo, tomado já pela efígie de assentamento. Esta aproximação com a comunidade de São Domingos traduziu-se em apoio material e político na consolidação de um projeto: o projeto da conquista da terra.

Primeiramente nos deteremos na história da formação e organização do Assentamento São Domingos que ocorreu num contexto de turbulências sociais e da redemocratização do país. Ele é resultado da ocupação, em 1986, de uma área da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) por trabalhadores de Itaguaí e de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Após seis meses de conflitos e negociações vivenciados pelos acampados, o impasse foi resolvido

com a proposta do governo estadual de transferência dos trabalhadores para fazenda pertencente ao Estado no Norte Fluminense. Este período é marcado por profunda pressão política com ação dos órgãos do governo que adotaram uma política de “apagar incêndios” e de cooptar lideranças, identificando áreas estaduais ociosas e passíveis de utilização para a reforma agrária. São Domingos resulta desta conjuntura, como indicam Maciel *et al.*:

A concorrência entre governo federal e estadual na tentativa de formular políticas de reforma agrária que se tornassem efetivas - pelo menos ao nível dos conflitos pontuais - contribuiu para que surgissem experiências de reforma agrária em regiões até então não atingidas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MACIEL *et al.*, 1997, p. 91).

Inicialmente, de modo pejorativo e discriminatório foram apresentadas algumas resistências por parte da população local de Macabu (os de dentro) aos assim denominados “favelados de Itaguaí” (os de fora), superadas com o passar do tempo conforme apontamos a seguir:

Certamente os “favelados”, ao se empregarem como mão-de-obra barata nas fazendas e posteriormente ao receberem os créditos de apoio ao plantio e moradia foram “conquistando” a população a partir do comércio: eram humildes mas eram muitos, por conseguinte consumiam de ferramentas a adubos, de canos a telhas. Passado dez anos do Assentamento, aqueles atritos diminuíram graças à construção de um espaço de policultura alimentar baseado na pequena produção familiar. Uma experiência que é vista como modesta, porém que deu certo, pois pelo menos não se propala a existência de uma favela São Domingos - no discurso da coletividade os assentados vivenciaram a mobilidade social. Estando próximo da cidade, parecendo mesmo

um prolongamento da mesma, o assentamento é mais que um locus de moradia: tornou-se de fato uma zona de horticultura, fruticultura e criação de pequenos animais, onde antes só havia “uma capoeira suja com meia dúzia de bois (MACIEL *et al.*, 1997, p. 92).

A inversão da conjuntura política municipal com a eleição de um médico, ligado ao PDT, acenou favoravelmente à nova correlação de forças para São Domingos. Se no âmbito estadual os assentados passaram a ter dificuldades de interlocução, com o Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ) na reivindicação de melhorias, isto não aconteceu na relação com o poder local.

O assentamento foi dotado de escola, recebeu investimento na construção e conservação das estradas e teve abertos canais de comercialização para seus produtos, através de uma feira do produtor e um “sacolão” volante. A realização de um programa semanal na rádio Popular Fluminense, de propriedade da Igreja Católica, ajudou a difundir junto à população macabuense, uma visão menos preconceituosa dos assentados e da reforma agrária.

Vale ressaltar que no processo de constituição do assentamento São Domingos, representou papel preponderante a figura do líder do “grupo de Itaguaí”. Destaca-se por ser o portador de um forte carisma, atraindo a simpatia e o reconhecimento político para além dos limites do assentamento. Candidatou-se em 1992 a vereador pelo PDT, tendo um número significativo de votos, mas não o suficiente para ser eleito. Em 1996, numa segunda tentativa foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores exercendo o mandato e teve como bandeira de luta a Reforma Agrária. Em 2000, numa terceira tentativa no campo eleitoral, fazendo parte da legenda do PSB, não conseguiu se reeleger.

Neste sentido, é emblemática a projeção regional e estadual que o assentamento assume pela sua capacidade de viabilização econômica, política e social, num quadro em que o município afundava economicamente ilustrado pelo desemprego: cerca de 3.000 pessoas desempregadas, em parte, pela falência da usina Victor Sence¹³. O resultado desta projeção, para além das fronteiras do assentamento e da ampla articulação política, vai ser a participação do presidente da associação na direção estadual do movimento Sem-terra e a multiplicação das experiências de luta pela terra na região.

O alto grau de organização política e infra-estrutural galgado por São Domingos foi responsável não só pela ocupação de Capelinha, mas de, pelo menos, mais quatro ocupações em municípios circunvizinhos¹⁴, e da criação da primeira cooperativa sob os moldes do MST no estado (ALENTEJANO, 1999, p. 7).

Inegavelmente, a capacidade de organização política e econômica alcançada por São Domingos permitiu a reprodução de outros assentamentos, e Capelinha fez parte deste conjunto. O apoio prestado por São Domingos inicia-se com os trabalhos de base, com as reuniões de socialização política que, naquela ocasião, conseguiu abrigar as esperanças do grupo sem-terra que se formava a partir dos desempregados da usina e dos moradores das “pontas de rua” de Conceição de Macabu e municípios da região.

As orientações passadas pelos assentados, territorializados em Macabu desde 1987, encorajaram a todos na organização da luta e da resistência na terra. Foram dedicados cerca de oito meses de preparativos para a ocupação da fazenda, nas sedes das associações de São Domingos e Cambucaes, conforme nos disse um entrevistado.

Assim, era desenvolvida uma metodologia de luta popular, em que as pessoas vinham de vários lugares para se reunir, principalmente em São Domingos, trocar suas experiências, escutar as falas sobre a importância da terra, e se animar com a possibilidade de romper o cativeiro em que se encontravam:

[...] aparecia de cem a cento e cinquenta pessoas, aí a gente fazia reunião. Lá na assembléia era bico seco [sem comida], era só uma discussão sobre a terra, não tinha nada de curso político, era só uma fala sobre a terra mesmo. Falava que estava procurando a terra e aí quando sentimos a pressão do pessoal que queriam muito a terra era hora não tinha mais jeito. Chega um ponto que não dar para agüentar mais, você vai preparando a pessoa, e eles vão chegando a um ponto de ou vai ou racha, como costuma dizer, ou rebenta a tampa da caixa. Aí eles não sabiam que vinham pra cá (Membro da Comissão da Terra).

Os assentamentos São Domingos, e em menor intensidade Cambucaes, foram neste acontecimento um trunfo na luta, pois, tornaram-se depositário dos interesses e esperanças dos trabalhadores, que queriam a desapropriação da fazenda e a garantia dos direitos básicos da cidadania. Nesse sentido:

[...] a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a organizar-se com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a

consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2000, p. 282).

Nesta perspectiva, o apoio dado pelo Assentamento São Domingos na ocupação das terras da fazenda Capelinha fortaleceu o aspecto da organização política da luta e a construção da consciência moral na disputa entre terra de reprodução da vida contra terra de reprodução do capital e dos negócios.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SEM-TERRA FLUMINENSES

Desse modo, vemos que as mudanças verificadas no enredo da política estadual, desde o período de 1980 e que se estende por mais de uma década, vem possibilitar o ensaio de diferentes formas de organização dos trabalhadores sem terra, e conseqüentemente explicar a sua territorialização, aspectos abordados por Novicki (1994), Medeiros *et al.* (1999), e Fernandes (2000).

A Comissão Estadual de Assentados foi uma das formas de organização dos trabalhadores. Durou somente o tempo das questões mais imediatas como comercialização da produção e intercâmbio de implementos agrícolas entre assentamentos. E durante o curto período de sua existência foi de fundamental importância no estabelecimento de um espaço dialógico de intercâmbio de saberes e experiências entre as associações dos assentamentos.

A partir de encontros estaduais, proporcionados em grande parte pela Comissão Pastoral da Terra, gesta-se a coordenação estadual do MST-RJ. Esta coordenação passa a atuar de forma descentralizada junto aos trabalhadores fluminenses, sendo uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas. Dentre os fatores que

contribuíram no processo de territorialização destacamos: a superação na desarticulação política entre as forças de apoio à luta pela terra, principalmente sindicatos e partidos políticos na consolidação de uma mesma rede de apoio; o trabalho de base desenvolvido nas dependências dos assentamentos com a massa de desempregados, que levou estes às ocupações de terras¹⁵.

Concomitante a tudo isto, assiste-se à conquista de novos assentamentos e à ampliação da territorialidade sem-terra, com a formação de novos militantes em encontros, caminhadas, marchas, ocupações de prédios públicos, enfim, estava em curso a gestação do MST-RJ. São as conquistas dos assentamentos que nos dão a dimensão precisa do processo de territorialização da luta na conquista da terra de trabalho e morada contra a terra de negócio e de exploração. O cerco imposto aos desterritorializados pela tecnificação que se faz agrícola, já atinge a massa de trabalhadores. Uma das alternativas que desponta para estes é juntar-se àqueles que lutam contra a concentração do poder econômico. Isto significa dizer que desfazer a concentração do poder representa desfazer o controle do projeto hegemônico vigente e de progresso técnico excludente.

O aumento dos desempregados da cana e da falta de alternativas aos trabalhadores urbanos, além da fragmentação do poder usineiro na Região Norte Fluminense, propicia ao Movimento Sem-terra uma identidade em construção na/da vivência da pedagogia da luta social. Através dessa maneira socializada, num espaço de recusa da permanência no lugar social de subordinação e dominação, ocorrem os desdobramentos da luta pela terra.

Os enfrentamentos expressos nas ocupações das terras das usinas e o aumento no número de assentamentos na região nos últimos dez anos atestam a ação sistemática dos protagonistas da luta pela terra e a tomada

de posicionamento no contexto do poder regional. Neste sentido, o envio de um militante do Paraná para se juntar às lideranças fluminenses, no princípio da década de noventa, e reiniciar os trabalhos de construção do Movimento Sem-terra no Rio de Janeiro, deve ser encarado como parte de um conjunto mais abrangente de acontecimentos que marcaram definitivamente a organização política do movimento:

O Movimento Sem Terra a nível de Rio de Janeiro vem acontecer em 1993. Veio o Vicente¹⁶ do Paraná onde a gente criou uma direção do MST a nível de Estado onde saiu na época o companheiro Amadeu do Boa Esperança, o Pedrão do Vitória da União, o Altemar do assentamento Sol da Manhã, e eu de São Domingos. O Vicente fazia um trabalho brilhante por todo o Estado e depois infelizmente se corrompeu. Esta é a grande verdade, conseguiram cooptar ele. [...] aí em 1994 a gente ocupou a fazenda Severina, primeira ocupação do MST, depois ocupamos a fazenda Cantagalo. Capelinha deve ter sido da décima ocupação pra lá. (Ex-integrante do MST-RJ).

A aceitação de uma liderança externa, oriunda de um estado com peso histórico na organização dos trabalhadores do campo, indica, de um lado, o interesse das lideranças fluminenses em retomar a luta pela terra no Rio de Janeiro e de outro, mostra a coordenação nacional do MST expandindo seu projeto nacional de reforma agrária pelos demais estados.

É neste contexto que vai sendo preparada e articulada a ocupação da fazenda Capelinha. Entretanto, a saída desta liderança, cooptada por órgãos do estado, da incipiente coordenação estadual não chega a enfraquecer as mobilizações e reuniões que antecederam as ocupações do período, assim como a de Capelinha. O MST já havia encontrado

um eco positivo entre os trabalhadores nas ocupações anteriores, e com isso, amplia-se o número de desempregados da cana e subempregados urbanos em sua base social, devido não só à repercussão da luta nos meios de comunicação social, mas também a um minucioso trabalho de massificação da luta entre estes trabalhadores nas fazendas e periferias das cidades da região canavieira fluminense.

Sendo assim, entendemos a segunda metade da década de 90 como uma nova fase histórica da formação do MST-RJ no seu processo de territorialização. Junto com a ocupação em terras da fazenda Capelinha chegaram ao Rio mais quatro lideranças do MST¹⁷ para fortalecer a organização estadual e envolver a sociedade urbana na luta pela reforma agrária.

Nesta fase, algumas questões emergem e passam a fazer parte do cabedal de estratégias de estruturação do movimento. As questões que recebem destaque são: o caráter rural-urbano da base social que vai constituir o MST e o desafio de uma política de interiorização da luta pela terra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter rural-urbano que permeia a realidade do espaço agrário fluminense pode facilitar a compreensão das dificuldades enfrentadas pelo MST para se territorializar no Rio de Janeiro. Desse modo, as atividades não agrícolas e a pluriatividade na produção econômica ganham relevo. O período atual difunde-se e se revela sob forma de um espaço marcado pela concentração e aceleração de fluxos e voltado para a maximização da acumulação de capital. Tal fenômeno abrange as diversas atividades sócio-econômicas transformando, de forma desigual, as relações cidade e campo e aponta para a urbanização deste último.

Todavia, com uma industrialização marcada por nichos de produção e a descentralização dos serviços públicos, o par rural e urbano tornou-se obsoleto no que diz respeito à capacidade de explicar a realidade espacial, pois a divisão do trabalho não se utiliza mais do padrão clássico. Com tudo isto, não estamos querendo dizer que o rural deixou de existir. O sentido da sua existência é que está sendo alterado e ganhando novos contornos e significados.

Outro aspecto a ser mencionado neste contexto de territorialização é o deslocamento espacial no mapa fluminense da luta pela terra. A presença do MST no Norte Fluminense representa uma estratégia de atuação orientada por uma política de interiorização no estado. Portanto, a região em apreço abre-se como a janela possível para a territorialização do MST a partir da interiorização de suas ocupações.

As mudanças que vêm ocorrendo no ordenamento do território estão relacionadas à introdução de uma nova visão da apropriação da terra, e com o novo discurso e novas práticas do movimento social que ali instauram uma nova ordem de significação de valores. Não obstante, esta nova configuração espacial só se está fazendo, de modo dialético, graças às renovações técnicas operadas na base de produção do setor usineiro, e às disputas estabelecidas em seu interior na definição de uma nova hierarquia do poder.

Capelinha: mark and brands of land struggle in Rio de Janeiro, Brazil

Claudio Ubiratan Gonçalves

The ninety decade of XX century was marked by significant territorial rearrangements, fruit of economic reestruturation with the closing of some sugarcane industries and expansion of others, as well as territorialization of without land workers going to hinterland. Based on interviews and specialized literature we brought some questions in order to collaborate on brazilian agrarian question reflections. In that way, Capelinha farm with material and symbolic support of São Domingos settlement presents as the privileged place and scale of social-territorial processes analysis.

KEY WORDS: *Agrarian Question. Rural Settlements. Territorialization. Without Land Movement. Fluminense agrarian space.*

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R. **O Assentamento São Domingos e o Município de Conceição de Macabu.** Rio de Janeiro: mimeo, 1998.

_____. **A luta pela terra no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: mimeo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.**

São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Cláudio U. **A Mediação Política e o Ordenamento do Território**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

_____. Geografia Agrária do Norte Fluminense. **Caderno Prudentino de Geografia**, AGB, Presidente Prudente-SP, v. 25, p.187-208, 2003.

GARCIA JÚNIOR. Afrânio. Introdução e apresentação. *In*: LINHARES, Elizabeth et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais: uma introdução. **Boletim Fluminense de Geografia**, AGB, Niterói-RJ, n. 1, v. 1, p. 31-51, 1993.

MACIEL, Caio *et al.* **Terra de Cana, terra de gado**: ensaio de geografia agrária no Norte Fluminense. Relatório de pesquisa PROPP/UFF-CNPq. Niterói-RJ, 1997.

_____. Norte Fluminense, um espaço agrário em mudança: o caso do município de Conceição de Macabu. **Revista de Geografia**, UFPE/DCG-NAPA, v.15, n.1, p. 85-103, Recife, 1999.

MEDEIROS, Leonilde S. de *et al.* Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. *In*: _____ (Orgs.). **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

NOVICKI, Victor de Araújo. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). *In*: MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Assentamentos rurais**: uma visão

multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PADRÃO, Luciano. **Perfil do Assentamento Capelinha**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2000.

SILVA, Cláudia. Terreno de usina no Norte do estado é ocupado por 160 famílias de sem-terra, **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jul. 1996.

NOTAS

¹ De acordo com HAESBAERT (1993), é importante diferenciar pelo menos duas formas de interpretar o conceito de escala: para alguns, partidários de uma visão de espaço e tempo absolutos, homogêneos e estáveis, a escala pode ser reduzida à dimensão física, estanque, quantificável, do real; para outros, que vêem o espaço e o tempo como relativos, mutáveis e qualitativamente heterogêneos, a escala expressa esta dimensão relativa, mutável, do real. Numa perspectiva dialética, espaço e tempo embora “determinados” pelo seu caráter mutável, são concomitantemente absolutos e relativos, estáveis e dinâmicos, numa interação que alguns autores denominam “relacional”. Partilhamos da segunda visão que entende a escala como representação mutável do real.

² O último censo populacional do IBGE foi realizado em 2000.

³ A Usina Victor Sence decretou falência em 21/12/1993.

⁴ Conforme entendimento de FERNANDES (1996) “[...] a territorialização da luta pela terra é o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e por outros movimentos sociais [...] A territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar”.

⁵ Dados da Comissão Pastoral da Terra coletados durante trabalho de campo em meados de 90.

⁶ Só à antiga Companhia de Energia do Rio de Janeiro (CERJ), o proprietário não pagava há 10 anos, somando dívidas no total de R\$ 450 mil (PADRÃO, 2000).

⁷ A CPT regional na época abarcava municípios das Regiões dos Lagos e Norte Fluminense.

⁸ Equipe do projeto Lumiar Capelinha/Santo Inácio, Procerca Custeio - Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu-RJ, maio/1999.

⁹ Todas as fazendas que a usina possuía já haviam sido vendidas para saldar dívidas com bancos, restando apenas três fazendas e a usina que foram compradas da família Sence por R\$ 28 milhões.

¹⁰ Segundo um agente de pastoral da CPT, em 1993, o juiz da comarca de Macaé que julgava os direitos trabalhistas dos funcionários da Usina, deu ganho de causa favorável, apontando ainda o regime de trabalho semi-escravo.

¹¹ Manteve-se as falas dos entrevistados sem correção gramatical.

¹² Segundo entrevista realizada em 15/10/2000 com ex-integrante da frente de massa do MST-RJ, o segundo momento do movimento sem-terra em nível de Rio de Janeiro vem acontecer em 1993, com a vinda de um militante do Paraná e a constituição de uma direção estadual e a organização da primeira ocupação, na fazenda Severina. Para ALENTEJANO (1999, p. 6), os anos 90, são notadamente marcados pelo retorno do MST ao estado do Rio de Janeiro e pelo seu processo de interiorização.

¹³ Confira reportagem do Jornal O Globo de 01/07/1996.

¹⁴ São elas: ocupação da Fazenda Santa Rita e Severina, no município de Macaé, em 1992, e que resultou no assentamento de Cambucaes no município de Silva Jardim; na ocupação da Usina São João, em Campos dos Goytacazes em 1997, onde se constituiu o assentamento Zumbi dos Palmares; na ocupação da região de Poço das Antas, em Casimiro de Abreu, onde está o assentamento e acampamento Sebastião Lan; e na ocupação da fazenda Mocotó do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1998, que não vingou.

¹⁵ Este trabalho de base refere-se à massa de desempregados das chamadas “pontas de ruas” ou favelas existentes nos municípios da Região Norte Fluminense.

¹⁶ Os nomes próprios foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

¹⁷ Uma do Rio Grande do Sul, uma do Paraná e duas de São Paulo.